

REFLEXÕES SOBRE LÍNGUA E IDENTIDADE

POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE JACQUES DERRIDA E STUART HALL

Nivana Ferreira da Silva é aluna do Mestrado em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Atua na área de filosofia da linguagem, numa interface entre os estudos da linguagem e a desconstrução.

E-mail: nivana.fs2@gmail.com

Élida Ferreira é doutora e professora titular - Mestrado em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz. Atua na área de filosofia da linguagem, numa interface entre os estudos da linguagem e a desconstrução.

E-mail: epferreira@uesc.br

Resumo

Este artigo propõe refletir sobre a relação entre língua e identidade na perspectiva da desconstrução do filósofo Jacques Derrida, em diálogo com o teórico jamaicano dos estudos culturais Stuart Hall. Observamos de que maneira as discussões de Derrida e Hall são pertinentes para os estudos da linguagem, levando em conta suas consequências epistemológicas e considerando o diferente comprometimento teórico de cada autor.

Abstract

This work aims to reflect on the relationship between language and identity from the deconstruction perspective of the philosopher Jacques Derrida, in a dialogue with the jamaican theorist from the cultural studies Stuart Hall. We observed in what way Derrida and Hall discussions are pertinent to the language studies, considering their epistemological consequences and considering the different theoretical commitment of each author.

1) Introdução

Na esteira da desconstrução de Jacques Derrida, em diálogo com os estudos culturais contemporâneos (WOODWARD, 2009; SILVA, 2009; HALL, 2009), muito se tem discutido sobre a questão da identidade, tema que nos dá margem para pensarmos as concepções de sujeito, significação e, sobretudo, de língua. Observamos emergir, no chamado pós-estruturalismo, mais especificamente nas reflexões sobre linguagem, discussões em torno do caráter múltiplo do sujeito, do seu discurso, assim como da heterogeneidade dos sentidos produzidos. Tais problematizações, em consonância com a perspectiva histórica e sociológica dos estudos culturais (HALL, 2011), reforçam que a língua não se resume a um construto abstrato e que ela não existe independentemente de um sujeito, cuja identidade, acima de tudo, é um sistema de significação.

Com o propósito de compreender o que acabamos de apontar, discutimos neste artigo como se estabelece a relação entre língua e identidade, partindo da hipótese de que as construções identitárias ocorrem *na* e *pela* língua (FERREIRA, 2002; RAJAGOPALAN, 1998), isto é, a identidade se constitui como uma prática de significação submetida ao jogo da linguagem, considerando que o sujeito, histórica e sociologicamente situado, é uma figura discursiva (HALL, 2009; 2011). Para reiterar esse posicionamento, abordaremos as conceituações em torno dessa temática apresentadas por Jacques Derrida (1973; 2001a; 2001b) e por Stuart Hall (2009; 2011), cujas obras se inserem no que foi denominado, na contemporaneidade, de pós-estruturalismo e estudos culturais, respectivamente. As formulações derridianas, de um lado, apontam para uma perspectiva *desconstrutivista* da linguagem (FERREIRA, 2002) e nos permitem tecer possíveis diálogos com a proposta de Hall sobre a identidade, ainda que cada um dos autores atue em campos teóricos distintos.

Sob essa ótica, trataremos, inicialmente, das formulações de Derrida em torno da problemática levantada em *O Monolinguismo do Outro* (2001a) acerca da possibilidade

de dizer “eu” em uma língua, mas uma língua que é dada pelo outro. Esta dimensão está diretamente relacionada à desconstrução do signo saussuriano e ao que o filósofo chamou de *rastro* e *différance* (DERRIDA, 1973), noções fundamentais para a abordagem da relação entre língua e identidade. Em seguida, apresentaremos as teorizações de Hall, particularmente no que concerne à crise das identidades na relação com a fragmentação das paisagens culturais e construções discursivas, estabelecendo, assim, um diálogo com a proposta *desconstrutivista* derridiana, de modo a compreender a conceituação em torno dos processos de identificação e a problematização feita sobre a noção de identidade fixa e imutável. Finalmente, retomaremos as elucidações abordadas, visando ratificar a ideia de construção identitária como efeito de um sistema de significação, ressaltando as consequências e os impactos dessa formulação para a noção de língua e para os estudos contemporâneos da linguagem.

2) No *rastro* da língua e da identidade de Jacques Derrida

Com base na desconstrução da metafísica ocidental, do *logocentrismo* e da noção de verdade absoluta, encontramos uma das contribuições mais caras na obra de Jacques Derrida, que diz respeito à língua, à identidade e à imbricada relação entre ambas. Em *O Monolinguismo do Outro*, o filósofo franco-argelino, partindo da sua inquietude quanto ao problema da francofonia fora da França, traz a sentença supostamente contraditória que norteia toda a sua discussão: “Eu não tenho senão uma língua, e ela não é minha” (DERRIDA, 2001a, p. 13).

Vale observar a eloquência dessa suposta contradição, que funciona como ponto de partida para que a relação entre o sujeito e o monolinguismo seja pensada. A partir de uma escrita *quase* autobiográfica, Derrida declara que a condição de monolíngue o habita, está presente nele o tempo todo e em toda parte. Todavia, essa língua que ele está votado a falar, essa única língua, jamais lhe pertenceu, jamais será sua e é aqui que se encontra a origem dos sofrimentos do filósofo, já que essa língua – de suas paixões, desejos, preces, esperanças – não lhe pertence. Assim, o filósofo expressa a intrusão do outro:

Desde então, qualquer pessoa deverá poder declarar sob juramento: eu não tenho senão uma língua e ela não é minha, a minha própria língua é me uma língua inassimilável. A minha língua, a única que me ouço falar e me ouço a falar, é a língua do outro (DERRIDA, 2001a, p.39).

Para além da discussão da perda momentânea da cidadania francesa ou da origem colonial, Derrida aponta efetivamente para a impossibilidade de apropriação plena da língua, de uma língua qualquer que seja, até mesmo da materna. Vale dizer que não há o um da língua para ser tomado pela consciência do sujeito da razão. Ao falar uma língua, construímos uma narrativa, que não se identifica com um significado original dado e, portanto, transcendental.

É na economia entre a impossibilidade da contradição lógica do que é assumido e a necessidade de se admitir tal sentença, que compreendemos o que é declarado em *O Monolinguismo do Outro*:

Aquilo que eu-mesmo queria lembrar, aquilo a que queria lembrar-me, são os traços intratáveis de uma impossibilidade, e tão impossível e tão intratável que ela não está longe de evocar uma interdição. Existiria aí uma necessidade do que se dá como impossível-interdito [...] (DERRIDA, 2001a, p.22).

Considerando o impossível e o necessário e levando à risca a *anamnese autobiográfica* derridiana, enxergamos a situação histórica pela qual viveu a Argélia, cuja língua materna oficial, além do árabe e dos idiomas berberes, é o francês, devido à colonização dos argelinos pelo país europeu. O país do norte da África, da região conhecida por Magrebe, só se tornou independente da França depois de mais de um século. A *única* língua-mãe que Derrida conheceu, enquanto argelino colonizado e falante de francês, a sua língua *una e materna* – que fez dele e de seus conterrâneos monolíngues – nunca lhes pertenceu propriamente, pois vinha de algures, do além-mar, do colonizador, do *outro*. Para Derrida (2001a, p. 48), a língua francesa foi *interditora*, porque se tenta reinventar, reformular e transformar o idioma por meio da escrita e, ao mesmo tempo, *interdita* porque é língua, embora seja sua, não lhe pertence propriamente, pois, como apontamos anteriormente, não há unicidade da língua, que está em constante processo de apropriação.

Mais do que isso, a questão da *monolíngua*, e conseqüentemente o problema da identidade, vão além da questão histórica da Argélia, ou de qualquer outro país que tenha passado por situação semelhante. O que é ser francês e o que é “o francês” estão no cerne desta impossibilidade da monolíngua, abordada pelo filósofo. A noção de língua para Derrida, assim como a concepção de sujeito, já é reconfigurada no momento em que são questionadas as abordagens adotadas pela tradição ocidental (DERRIDA, 1973). A língua não pertence, pois não existe enquanto tal. A relação de apropriação se dá como ex-apropriação e de um “lugar” sem origem e sem significado transcendental. O filósofo afirma:

É impossível contar as línguas, eis o que queria sugerir. Não há calculabilidade, a partir do momento em que nunca o Uno de uma língua, que escapa a qualquer contabilidade aritmética, é determinado. O Uno da monolíngua de que falo, e aquele que eu falo, não será portanto uma identidade aritmética, nem mesmo uma identidade ‘tout court’. A monolíngua permanece portanto incalculável, pelo menos neste traço. (DERRIDA, 2001a, p.45).

O que Derrida aponta é: se não há o um da língua, o processo de apropriação não é pleno, ou seja, não há identidade plena, seja da língua, seja do sujeito falante de uma língua. Entendemos, portanto, que essa complexidade que marca as línguas nos remete a um problema de identidade que aqui relacionamos, a partir de Derrida, à crítica ao modelo linguístico centrado no signo e no seu caráter arbitrário, proposto por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral* (2012).

O pensamento derridiano, ao desconstruir a noção de signo, questiona a metafísica ocidental e os modelos *logocêntrico* e *fonocêntrico* de língua e linguagem, levando às últimas conseqüências o arbitrário do signo saussuriano e a impossibilidade de um significado fixo em seu significante. Assim, a natureza do signo linguístico, centrada na relação significante/significado, é repensada pelo filósofo, que propõe uma teorização *desconstrutivista* a partir do que ele chamou de *Gramatologia*. O que a

crítica ao signo vem mostrar é a impossibilidade do significado transcendental e a impossibilidade de totalização da língua.

Ora, o que se nota é, portanto, que, estando na língua, não se acessa à verdade primeira nem última do sujeito, que não é pleno em sua consciência para dizer EU. Por isso interessa, nesta reflexão, a problematização que Derrida (1973) leva a cabo da crítica à noção clássica de significado pleno, bem como das determinações metafísicas de verdade centradas no *logos* e na *phoné*. A filosofia clássica ocidental colocava a fala ligada diretamente aos estados da alma, enquanto a escrita era concebida apenas como representação artificial, distante da verdade natural e universal. Para Aristóteles (*apud* DERRIDA, 1973, p. 36-37), por exemplo, a voz, produtora do primeiro significante, tem proximidade imediata com os estados da alma: “Os sons emitidos pela voz são símbolos dos estados de alma, e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz”. Derrida também critica a visão platônica da linguagem, afirmando que

o Fedro denunciava a escritura como intrusão da técnica artificial, e fratura de uma espécie totalmente original, violência arquetípica: irrupção do *fora* no *dentro*, encetando a interioridade da alma, a presença viva da alma a si no verdadeiro *logos*, a assistência que dá a si mesma a fala (DERRIDA, 1973, p. 42).

A problematização aponta que a tradição ocidental concebe a fala como natural e plena na verdade a si, enquanto a escrita, como mera convenção. A partir do *Fedro* de Platão, Derrida observará as contradições que lhe permitem discutir que a relação entre fala e escrita é bem mais complexa e imbricada do que considera a filosofia clássica.

Percebe-se, então, que a história e a metafísica estabeleceram para a escrita e a fala uma relação hierárquica, sendo a primeira rebaixada em proveito da segunda e a significação da fala como significado em si. Saussure, ao definir o objeto de estudo da Linguística, retoma a definição tradicional que coloca a escrita em segundo plano, justamente por se acreditar na sua não naturalidade. Sendo assim, quando o linguista suíço divide o signo em significante e significado, prioriza a unidade sonora do primeiro, o que é consequência da hierarquização entre a *phoné* e a escrita.

Nesse sentido, haveria um “significado transcendental” (DERRIDA, 1973, p. 24) na origem da significação, manifestado por meio da fala, e que estaria relacionado com a diferença absoluta entre significante e significado. A possibilidade de um significado “transcendental” permitiria ao sujeito ter plena consciência em relação a si e à verdade do ser como presença. O filósofo francês, ao evidenciar a impossibilidade de um significado pleno, põe em questão a possibilidade da verdade enquanto tal e do significado primeiro dado na fala e na língua, portanto.

Em sentido oposto à tradição clássica logocêntrica, Derrida (1973, p. 8-12) argumenta sobre a existência do “significante do significante”, o que estaria associado ao que ele denomina de *rastro* e de *différance* e à desconstrução do *logocentrismo*, ou seja, de que há uma significação presente na origem da fala. Em outros termos, ao criticar o rebaixamento da escrita em relação à *phoné* e, por conseguinte, sinalizar que escritura não é exterior ao sistema linguístico, o filósofo franco-argelino forja a noção de *rastro*, uma inscrição que compromete fala e escrita de maneira inevitável em perspectiva completamente diferente da tradição.

Em trabalho anterior (FERREIRA; SILVA, 2013), compreendemos, e aqui reiteramos que “o indecível *rastro* refere-se ao significante remetendo a outro significante por ele significado, o qual se reporta a outro significante e assim sucessivamente”, ou seja, considerando que não há um significado primeiro e transcendental na origem da significação, mas sim uma infinita relação entre significantes, não há também um sujeito plenamente consciente sobre e de si e sobre a sua verdade, nem identidade plena e fixa. Para Derrida (1973, p. 81), não existe uma presença originária, tampouco um passado absoluto: “[...] se o rastro remete a um passado absoluto é porque nos obriga a pensar um passado que não se pode mais compreender, na forma da presença modificada, como um presente-passado”.

Dessa forma, entendemos que, nessa cadeia infinita de significantes denominada “rastro”, existirá um apagamento e uma repetição que marca a novidade e sempre se diferirá imprevisivelmente do outro. Por isso, a relação com o passado, ao mesmo tempo em que ressoa, repercute e reflete o já dito, também aparece transformado, novo e sem presença. O *rastro*, portanto, anuncia o movimento da *différance* – palavra criada a partir do verbo francês *différer*, que significa diferir, adiar (SANTIAGO, 1976). Nessa configuração, o signo estará sempre no lugar de outro signo, pois sua presença é infinitamente adiada na dinâmica da língua(gem). Como consequência, o processo de significação, caracterizado pela diferença, pelo adiamento e por caráter múltiplo, caminha no sentido oposto à existência de um significado absoluto e pleno, conforme a filosofia clássica ocidental preconizava.

A partir dessas formulações entenderemos por que Derrida afirma que tem nada mais que uma língua mas ela não lhe pertence, no sentido como estamos abordando a questão. Falaremos aqui, mais adiante, em processo de identificação e não de identidade. Em *A língua não pertence* (DERRIDA 2001b), desdobra-se a desconstrução do signo e a impossibilidade de um “significado transcendental”, destaca-se que as línguas não se deixam apropriar, mesmo sendo uma língua materna. É possível, então, tocar a língua e reconhecê-la, mas sem nenhuma apropriação plena, ou seja, retomamos então a questão do *Monolingüismo do Outro*. Consoante ao filósofo, temos apenas uma língua, a qual herdamos de uma forma não passiva, visto que a todo momento a transformamos, o que movimenta um desejo de apropriação, embora esse não se concretize plenamente:

Mesmo quando só temos uma língua materna e estamos enraizados em nosso local de nascimento e em nossa língua, mesmo nesse caso, a língua não pertence. [...] O nacionalismo linguístico é um desses gestos de apropriação, um gesto ingênuo de apropriação. [...] quando nascemos em uma língua, nós herdamos algo, porque ela já está aí antes de nós, é mais velha do que nós, sua lei nos antecede. [...] Para um ser finito não há herança que não implique em uma espécie de seleção, de filtragem [...] (DERRIDA, 2001b, p.9-12).

Essa ideia de língua – que aqui preferimos chamar de noção ao invés de conceito – é consequência do caráter disseminante e múltiplo da significação e decorre da desconstrução do signo. Ora, se o sentido nunca será obtido completamente e se o jogo da significação é caracterizado pelo adiamento e pelo diferimento da presença, isso

implica dizer, mais uma vez, que *a língua não pertence*, isto é, não nos apropriamos totalmente dela, embora a modifiquemos a todo o momento.

Nessa direção, apontamos para a impossibilidade de uma identidade dada, fixa, ou acabada e, conseqüentemente, para a impossibilidade de uma identificação plena, uma vez que língua possui um caráter disseminador, que faz transbordar e dispersar aquilo que nos é prometido nela e por ela. Logo, os argumentos em torno dessa noção de identidade como *différance*, que aparecem na obra de Derrida, apontam para a construção dos processos de identificação *na* e *pela* língua e que, desse modo, estão submetidos ao jogo da linguagem.

Com base nessas teorizações, as quais nascem na *desconstrução* do signo linguístico, Derrida (2001a, p. 43) fala em identificação ao invés de identidade. O filósofo destaca que “no seu conceito corrente, a anamnese autobiográfica pressupõe a *identificação*. Não a identidade, justamente. Uma identidade nunca é dada, recebida ou alcançada, não, apenas existe o processo interminável, indefinidamente fantasmático da identificação”.

Em outras palavras, quando falamos em *identificação*, levamos em consideração que as construções identitárias se constituem como contínuas, como processos inacabados, em construção e que não podem ser determinados em sua plenitude. Utilizar o conceito *identidade*, à luz do que nos é apresentado por Derrida, poderia pressupor algo pronto, fixo e estável, o que é problematizado e desconstruído a partir do momento em que percebemos a estreita relação entre a língua e os processos que nos definem enquanto sujeitos.

Essa reflexão nos permite entender que o conceito “uma língua”, e o ensino-aprendizagem de línguas, deve supor sempre a não unicidade, como se existissem várias línguas numa mesma língua, mas com a complexidade de que não há uma língua enquanto tal. Isso acarreta para os estudos da linguagem a necessidade de repensarmos o objeto língua para além dos seus aspectos meramente formais.

3) Stuart Hall: construções discursivas e identitárias em diálogo com a desconstrução

Ainda sob as reflexões em torno da relação entre língua e identidade, encontramos as contribuições do jamaicano Stuart Hall, teórico dos estudos culturais cuja obra, em muitos momentos, toca na questão que propusemos discutir aqui. Diferentemente da abordagem filosófica derridiana, Hall (2009; 2011) aborda os processos identitários levando em consideração fatores históricos, sociais, culturais e políticos. Entretanto, é bastante perceptível, em suas teorizações, a ligação estabelecida entre os discursos e as questões de identidade, que nos interessam neste trabalho.

Hall (2011, p.9) tece considerações em torno de uma suposta “crise de identidade”, que afeta o sujeito nos dias atuais, *tornando-o* cada vez menos centrado e mais instável no mundo contemporâneo. Tal crise seria a consequência da fragmentação das paisagens culturais, ou seja, de um colapso que resulta em transformações

estruturais e institucionais na atualidade. Para Hall, as localizações referentes à identidade e à cultura *deixaram* de ser sólidas e estão cada vez mais fragmentadas. Esse argumento, bastante pertinente para o que sugere o estudioso jamaicano, nos parece, em um determinado momento, questionável, mas trataremos desse ponto mais adiante.

O que interessa compreender agora é como Hall (2011, p. 10) desenvolve sua argumentação. Inicialmente, em *Identidade Cultural na pós-modernidade*, são levantadas as mudanças de conceituação do sujeito no decorrer da história, o que marca o modo como as construções identitárias, produtos da linguagem, foram constituídas ao longo dos anos. Assim, teríamos o “sujeito do Iluminismo”, o “sujeito sociológico” e o “sujeito pós-moderno”, os quais, em linhas gerais, estão relacionados, respectivamente, com a ideia de unidade, interação e fragmentação.

O primeiro deles, também denominado “sujeito moderno”, é fruto do rompimento com o modelo teocêntrico de ver o mundo e emerge junto com a concepção de indivíduo absoluto, estabelecido e unificado. Já o “sujeito sociológico” nasce com as demandas sociais acarretadas pelo capitalismo. Finalmente, o “sujeito pós-moderno”, segundo Hall, se estabelece como consequência do deslocamento do pensamento ocidental, isto é, a mudança de paradigma na sociedade trouxe novas formações discursivas, as quais descentraram o sujeito do seu lugar estável e abalaram sua identidade na chamada modernidade tardia ou pós-modernidade. Sobre esse aspecto, Hall salienta que

Aquelas pessoas que sustentam que as identidades modernas estão sendo fragmentadas argumentam que o que aconteceu à concepção do sujeito moderno, na modernidade tardia, não foi simplesmente sua desagregação, mas seu deslocamento. Elas descrevem esse deslocamento através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno (HALL, 2011, p. 34).

Essas rupturas, às quais Hall se refere, dizem respeito a cinco grandes avanços no pensamento da área das humanidades, ocorridos na segunda metade do século XX, isto é, no período pós-moderno. Apesar de cada um desses avanços apresentarem um engajamento teórico e conceitual distinto, suas implicações convergem para uma mesma direção: o *descentramento* do sujeito cartesiano, supostamente uno e presente a si.

Hall (2011) destaca, inicialmente, como primeiro elemento descentrador, o legado de Marx. O marxismo reinterpretado na década de 60 causou um grande impacto no pensamento moderno, pois seus novos intérpretes compreenderam que os indivíduos não são agentes individuais da história, mas que atuam apenas sob condições históricas criadas por outros. O segundo avanço diz respeito à descoberta do inconsciente por Freud, que abala a noção de sujeito completamente racional dotado de uma identidade unificada. A leitura feita pelo pensador psicanalítico Jacques Lacan das reflexões freudianas corroboram para pensarmos na ideia de sujeito dividido, cuja identidade permanece incompleta e em constante processo de construção.

O terceiro avanço refere-se justamente aos questionamentos em torno do signo saussuriano assinalados por Derrida e da impossibilidade de ser fixado um significado pleno e final. Consequentemente, conforme já tratamos na seção anterior, não há um fechamento da identidade, que é constantemente adiada no processo de significação.

Com relação ao quarto descentramento, Hall (2011, p. 42) aponta os estudos de Michel Foucault, com sua proposta de “genealogia do sujeito moderno” e a existência do “poder disciplinar”, atinente à problematização do modo como as instituições modernas vigiam a espécie humana e o indivíduo.

Por fim, temos o feminismo como movimento teórico e social, que, dentre os vários questionamentos levantados, discutiu as divisões clássicas da sociedade e trouxe à tona a questão identitária e de gênero. Hall também ressalta as revoltas estudantis, a organização da contracultura, além das lutas pela paz e pró-direitos civis. Cada movimento reivindicava a sua própria identidade, o que contribuiu para acirrar a problemática da “política de identidade” (HALL, 2011, p. 45). Em suma, esses cinco descentramentos, enquanto desestabilizadores da noção de sujeito uno e estável, resultam “nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas [...]” (HALL, 2011, p. 46).

Isso posto, voltemos então à problematização do argumento levantada anteriormente. Apesar da interessante descrição que Hall traz, se tomarmos o ponto de vista da desconstrução derridiana para a análise do que é dito, a definição do estudioso jamaicano acaba sendo um tanto essencialista, pois admite que localizações referentes à identidade e à cultura *deixaram* de ser sólidas, assim como o sujeito passa a ser concebido como fragmentado e, por conseguinte, que a identidade, antes sólida, agora está em crise. Afirmar que os processos identitários eram, *a priori*, edificações firmes, é considerar que, em algum momento, o indivíduo tinha plena consciência de si e da *sua* verdade, o que vai de encontro com o argumento de Derrida e ao que foi discutido na sessão anterior. Encontramos como uma das justificativas para o posicionamento de Hall, a perspectiva mais empírica, à luz da história e da sociologia, a partir da qual o arcabouço teórico dos estudos culturais trata a questão identitária (ESCOSTEGUY, 1998), diferentemente da abordagem filosófica derridiana.

Questionamentos à parte, Hall (2011, p. 23) é enfático e converge com o pensamento de Derrida quando estabelece a relação entre língua e identidade, pontuando que o sujeito humano é “[...] visto como uma figura discursiva, cuja forma unificada e identidade racional eram pressupostas tanto pelos discursos do pensamento moderno quanto pelos processos que moldaram a modernidade, sendo-lhes essenciais.” A consequência epistemológica e a contribuição dessa abordagem é que nos permitem considerar a impossibilidade da concepção fixa e imutável de identidade, além de ratificar a questão do caráter diferencial da língua, tal como é proposta pelo filósofo franco-argelino.

Ademais, é oportuno destacar, em linhas gerais, o posicionamento de Hall (2009) em relação à explosão das investigações sobre a questão identitária e das diversas áreas disciplinares engajadas em dar conta dessa matéria. Diante de tantas análises, críticas e teorizações sobre a identidade, somos questionados a respeito da real necessidade de discuti-la; afinal, “Quem precisa dela?” (HALL, 2009, p. 103). A despeito desse questionamento, Hall mostra que o tema não se esgota e, citando Derrida (1981, p. 42), lembra que, do ponto de vista da *desconstrução*, estamos “pensando no limite”, no intervalo entre conceitos antigos e deslocamentos que emergem em torno do

assunto, isto é, as noções velhas ainda não foram superadas por completo e, em determinados momentos, inversão e emergência habitam o mesmo espaço teórico.

Agora, mais do que nunca, argumenta-se que não há um sujeito senhor da verdade e de si mesmo, o que abala a ideia de identidade estável, que pode ser determinada com exatidão, e de plenitude do sujeito presente a si. Sobre esse aspecto, Silva (2009, p. 78-80) coaduna com as discussões de Hall e Derrida, afirmando que:

[...] a linguagem, entendida aqui de forma mais geral como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável. É precisamente isso que teóricos pós-estruturalistas como Jacques Derrida vêm tentando dizer nos últimos anos. A linguagem vacila. [...] Essa característica da linguagem tem consequências importantes para a questão da diferença e da identidade culturais. Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade.

Como aponta o autor, o pensamento derridiano leva às últimas implicações a estreita relação entre língua e identidade, já que essa última se constitui *na e pelas* práticas de linguagem. Sob essa mesma perspectiva, Hall (2009) aponta a concepção de identidade como uma prática de significação submetida ao jogo da *différance*, isto é, os processos de identificação são contínuos e nunca estão, definitivamente, completos. Hall argumenta que o sujeito não é estável e está submetido – a todo momento – às diversas mudanças históricas. Assim,

[...] essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos (HALL, 2009, p. 108).

A partir dessa visão, os processos de formações identitárias são entendidos como construções discursivas, que ocorrem por meio da diferença e por meio da relação com o outro. Percebe-se, então, de acordo com Hall (2009), o ponto de encontro entre os discursos que tentam nos interpelar e os processos que produzem subjetividades. É possível visualizar, portanto, a interseção entre língua e identidade, ou seja, para o pós-estruturalismo derridiano e para os estudos culturais de Hall, as questões identitárias não podem adquirir sentido fora de seus sistemas de significação.

4) Considerações finais

O estudo acerca da relação entre língua e identidade sob a ótica pós-estruturalista – com a desconstrução de Jacques Derrida – em diálogo com o tratamento dado ao mesmo tema pelo estudioso cultural Stuart Hall, nos possibilita refletir sobre aspectos importantes do campo da linguagem. Quando levamos em consideração que os processos de identificação ocorrem por meio de práticas languageiras, admitimos a existência de implicações e consequências relevantes para os estudos linguísticos.

Ao assumir que temos somente uma língua e que essa mesma língua não nos pertence, mas é do *outro*, Derrida reconfigura as conceituações em torno da língua(gem), que nascem na discussão relativa à gramatologia e à desconstrução do signo e do significado transcendental, particularmente no que se refere aos indecíveis *différance* e *rastro*. Vale dizer que o próprio conceito de língua é reconfigurado, para além da visão que a preconiza como estrutura e sistema abstrato.

Da mesma forma, a desconstrução do signo saussuriano e da crítica à tradição filosófica ocidental contribuem para afirmarmos a impossibilidade do significado pleno na origem da significação. Essa impossibilidade nos permite entender o caráter múltiplo dos sentidos, a produção da significação e a complexidade de um conceito tão caro aos estudos da linguagem que é a identidade. Dessa perspectiva podemos dizer, então, que o sujeito não é totalmente consciente de si e da sua verdade, já que o signo não é uma presença enquanto tal e a língua pode ser transformada, modificada, mas nunca apreendida por completo, considerando o caráter múltiplo e disseminante da significação. Consequentemente, a identidade, submetida à dinâmica da linguagem, nunca será dada ou fixa.

Observamos que Hall se aproxima da abordagem proposta por Derrida, consoante com o que estamos chamando de pós-estruturalismo, mas, evidentemente, com outros compromissos teóricos. O teórico jamaicano, ao tratar das diferentes concepções sobre sujeito ao longo da história, argumenta que os processos de subjetivação são práticas discursivas. Hall traz um conceito de identidade com contornos maleáveis, pois, conforme afirma, as construções identitárias dizem respeito ao ponto de encontro dos discursos que nos interpelam, a todo o momento, e os processos que nos definem enquanto sujeitos. Portanto, ratifica-se a concepção de que as identidades também se constituem na e pela língua, na relação com o outro.

A partir do que é discutido por Derrida e do diálogo estabelecido com Hall, vislumbramos o impacto das formulações desses dois pensadores em termos de ensino de línguas, não só academicamente, mas também na esfera escolar. Uma vez que pontuamos aqui a visão de linguagem sob a ótica *desconstrutivista* derridiana, que encontra alguns pontos de convergência com a interdisciplinaridade dos estudos culturais, reforçamos que a língua não se constitui como um construto abstrato e que ela não existe independentemente de um sujeito, cuja identidade, acima de tudo, é um sistema de significação.

Nessa direção, no ensino de língua materna ou estrangeira, devem ser levados em consideração a multiplicidade dos sentidos produzidos, os processos de identificação como contínuos e o caráter diferencial de toda prática linguística. Esse posicionamento

pode gerar consequências no tratamento dado aos currículos pedagógicos, na construção das identidades como práticas significativas e na relação com o outro. Estarão no palco da sala de aula as relações entre língua, poder e identidade e seu funcionamento nas práticas da vida cotidiana.

Referências

DERRIDA, Jacques. **A Língua não pertence**: entrevista com Jacques Derrida. Tradução não publicada de Carlos Teixeira. [S.l.: s.n.], 2001b.

_____. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **O Monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Tradução de Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001a.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos estudos culturais. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 9, p.87-97, 1998. Semestral. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3014/2292>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

FERREIRA, Élide. Uma reconsideração radical da noção de identidade ou a promessa de uma língua? **Trabalhos de Linguística Aplicada**, n. 40, 2002. p. 9-16.

FERREIRA, Élide; SILVA, Nivana. Como traduzir poema? Um poema? In: EYBEN, Piero (Org.). **Pensamento Intruso**: Jean-Luc Nancy e Jacques Derrida. Vinhedo: Editora Horizonte, 2014. p. 205-213.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. Quem precisa da identidade? In.: SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.

RAJAGOLALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.) **Lingua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras. 1998.

SANTIAGO, Silvano. (Org.). **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 34 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In.: _____ (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais** 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.